

## Sob efeito de emenda que congela investimentos no setor, Planejamento lança Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos

O Ministério do Planejamento lançou nessa segunda-feira o Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos. A Lei nº 13.460, publicada há quase um ano, em 26 de junho de 2017, dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública. O objetivo seria atuar pela melhoria da gestão e mediação da relação entre cidadão e governo. No entanto, para a Condsef/Fenadsef, é preciso promover uma reflexão sobre essa relação já que desde o final de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) 95/16 que congela investimentos no setor público por pelo menos vinte anos. Para garantir ao usuário serviços públicos de qualidade é essencial que se invista no setor. Com dificuldades e obstáculos, falta de pessoal, desvalorização de diversos setores e incentivo a privatizações de estatais estratégicas ao País, as políticas de um governo que prioriza o estado mínimo vão na contramão de serviços públicos eficientes, essenciais e acessíveis como prevê a Constituição.

No cenário de lançamento, o governo ainda informa que os gastos com pessoal vêm cres-

cendo nos últimos anos, se aproximando do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei estabelece que a União não pode ultrapassar mais que 50% da Receita Corrente Líquida (RCL) com pessoal. O que não diz é que, mesmo tendo atingido maior percentual desde que foi criada a LRF, o percentual está em 41,8% e engloba pessoal das Três Esferas (Executivo, Legislativo, Judiciário, além de servidores do GDF, civis, militares, entre outros). Além disso, a subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef alerta que esse dado precisa ser analisado levando em conta o comportamento da própria receita no período analisado.

Para além de um código de defesa do consumidor de serviços públicos, a Condsef/Fenadsef defende que o governo se atende para a necessidade urgente de se investir no setor. É importante assegurar a valorização e contratação de servidores e o amplo atendimento à população dos diversos serviços que o Estado tem a obrigação de fornecer. A estrutura e as condições ideais para que os serviços sejam prestados também precisam ser sólidas. A

melhoria de gestão e a mediação da relação entre cidadão e Estado no Brasil passam antes de tudo pela vontade política e um projeto que enxergue o setor público não como gasto, porém como investimento.

É importante também olhar com atenção para o orçamento da União e entender que, hoje, quase metade de tudo o que se recolhe em impostos no País vai para o pagamento de juros da dívida pública, uma dívida impagável e que deveria ser auditada. Soma-se a isso a sonegação de grandes empresas que retiram do orçamento por ano centenas de bilhões de reais e tantos outros gargalos que vão para além do problema crônico de corrupção que também deve ser atacado. A expectativa é de que um código de defesa só será eficaz se levar em conta o cenário amplo e complexo que geram interferência direta no atendimento dos serviços prestados à população. Por isso, a Condsef/Fenadsef segue defendendo antes de tudo a revogação da EC 95/16 e a valorização dos servidores, serviços públicos e estatais. Brasil com serviços públicos e estatais valorizados é Brasil forte.

Fonte: Condsef



### Horário de funcionamento do Sindsep/MA

A Diretoria do Sindsep/MA informa aos seus filiados, colaboradores e funcionários que, em função dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol, o expediente será alterado.

No próximo dia 27, dia da partida entre Brasil e Sérvia, às 15h, o expediente será encerrado ao meio dia.



## Mobilização contra aprovação do PL do veneno na Câmara deve aumentar

O Pacote do Veneno, que amplia o uso de agrotóxico nos alimentos dos brasileiros, foi aprovado nesta segunda-feira (25), por 18 votos a 9, na Comissão Especial criada para analisar os 29 projetos de lei anexados ao Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02, que revoga a atual Lei dos Agrotóxicos. O PL será encaminhado para o plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, seguirá para o Senado.

A votação e aprovação ocorreram em sessão tumultuada, iniciada com mais de duas horas de atraso. O acesso de movimentos sociais e sindical, que lutam contra a aprovação do Pacote do Veneno, foi proibido pelos deputados e até por assessores dos parlamentares favoráveis a aprovação do PL. O argumento da presidenta da comissão, a ruralista Tereza Cristina (DEM-MS), pela decisão antidemocrática e autoritária, foi a garantia de segurança.

O secretário nacional do Meio Ambiente da CUT, Daniel Gaio, reagiu indignado tanto em relação à aprovação do PL quanto à proibição de manifestação dos movimentos que defendem alimentação saudável e controle do uso do agrotóxico de entrarem na chamada Casa do Povo.

Ele prometeu que a CUT e sindicatos filiados, por meio da Campanha Nacional de Combate ao Agrotóxico, continuarão defendendo a agricultura familiar e a agroecologia, combatendo o uso de veneno na alimentação dos brasileiros. Daniel ressaltou que o combate será no Congresso Nacional e em qualquer fórum onde essa matéria for discutida.

“Vamos intensificar a mobilização para disputar corações e mentes e temos a clareza e consciência de que podemos barrar esse projeto que envenena toda população”, destacou Gaio.

“Vamos trabalhar na conscientização de todos e todas, deputadas e deputados, sobre os

riscos do Pacote do Veneno para a saúde dos brasileiros, lembrar que este ano tem eleições, e quem ignorar a saúde do povo e votar a favor deste PL, não voltará para Câmara federal”, destacou o secretário, lembrando que um dos principais objetivos deste projeto é aumentar ainda mais os lucros do agronegócio brasileiro e das multinacionais da indústria química, que produzem esses venenos.

### Como foi a votação

O substitutivo do relator Luiz Nishimori (PR-PR), também integrante da bancada ruralista, foi votado depois de mais de três horas de obstruções e requerimentos apresentados por deputados do PT, PC do B, Psol e PSB, que tentaram retirar o substitutivo para que fossem realizados mais debates sobre a proposta. Tensa do início ao fim, a sessão teve bate-boca e provocações por parte dos ruralistas em diversas ocasiões.

Fonte: www.cut.org.br